

## **Abertura da comunidade e a ampliação da potência da Comunicação Comunitária<sup>1</sup>**

Dérika Correia Virgulino de Medeiros<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo debater, por meio de um percurso teórico, os novos conceitos e sentidos que vêm sendo atribuídos às noções de comum e de comunidade, resgatando pensadores como Jean-Luc Nancy e Antonio Negri, com o propósito de repensar as noções de comunicação comunitária. A ideia é trazer para o centro do debate uma perspectiva des-substancializada desta forma de comunicar, para que ela possa servir como instrumento catalizador da potência comunitária, abrindo seu escopo de abrangência para novas possibilidades de atuação política, integrando demandas e ampliando suas ações em rede.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Comunitária; Comunidade; Comum; Ser-em-Comum; Contra-Hegemonia.

### **INTRODUÇÃO**

A comunicação comunitária tem sido construída em cima de um campo fértil que interliga comunicadores populares e a produção reflexiva nas academias. E essa intersecção tem permitido o surgimento de novas temáticas e demandas que alimentam o campo, e colocam esta forma de comunicar numa posição importante para pensarmos caminhos para uma comunicação mais vinculativa, democrática e combativa.

E uma das questões prementes nos dias atuais que a comunicação comunitária tem trazido para o debate consolidando novos paradigmas para o campo comunicacional, é o entendimento acerca das noções de comunidade. Este conceito tem acompanhado a comunicação comunitária, sobretudo para se referir àquilo que caracteriza os espaços periféricos onde esta comunicação se realiza. No entanto, a simbiose entre a prática e a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação para a Cidadania do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Jornalista e Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária – LECC/UFRJ, E-mail: [derikav@gmail.com](mailto:derikav@gmail.com).

---

academia tem possibilitado a revisão e ampliação da ideia de comunidade, permitindo a abertura conceitual para aspectos das singularidades do *ser* e das relações, inibindo, assim, essencialismos na prática comunicacional e estereótipos sobre os grupos humanos.

O atual entendimento sobre o conceito de comunidade, dentro da área da comunicação, ainda sofre forte influência da Sociologia do século XIX, de caráter essencialista. Isso significa dizer que, sob essa perspectiva, a Comunidade seria um espaço homogêneo, onde seus membros estariam organizados em uma unidade centrada no fechamento identitário, o que tenderia a provocar a exclusão do diferente.

Mas já nos anos 80, com os neocomunitaristas, a respeito, por exemplo, de Jean-Luc Nancy e Roberto Esposito, o conceito de Comunidade passa a ser visto sob a ótica da radicalidade ontológica, isto é, como uma reflexão sobre o significado do ser. O filósofo Nancy, compactuando com Heidegger, anuncia o abandono do ser à multiplicidade de definições (TARIZZO, 2007), ou seja, a ideia de um ser sem uma identidade que o defina, longe de um nome, localizado caso a caso. A lógica de Nancy é a do abandono, em que a comunidade seria abandonada à vida-em-comum.

Jean-Luc Nancy (2000) define, portanto, comunidade como o compartilhamento do “nada-em-comum”, isto é, a troca de uma experiência de vida, sem uma predeterminação de como esta vida deve ser. É a própria vida que acontece sem nada que a defina. Seria o que podemos chamar de um “vazio” compartilhado. Em termos políticos, seria apenas tal comunidade que efetivamente cederia lugar para a realização da política, na medida em que afastaria para longe qualquer tipo de absolutismo e totalização.

Enquanto objeto comunicacional, a perspectiva comunitária pode ser encontrada nas extensas produções do pesquisador Muniz Sodré, para quem a comunicação significa antes a abertura para o Outro através da formação de vínculos, aproximando este campo dos conceitos de comunidade. Em sua obra ‘A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional’, o pesquisador realiza uma crítica aos conglomerados midiáticos enquanto dispositivos de poder que imputam em seus processos de construção da realidade, formas de *imunização* desse vínculo comunitário.

E talvez seja nesse atual contexto de mediatização, e de demais formas de apropriação do comum e dos espaços comunitários, que se revela fundamental um olhar mais atento sobre as ressignificações das noções de comunidade como possibilidade de dar abertura às múltiplas formas de ser e de organização dos grupos sociais, isto é, das

---

experiências comunitárias e das *bio-lutas* engendradas nas brechas deixadas por um Estado cada vez mais neoliberal.

A pesquisadora Círcia Peruzzo (2009), observa em suas análises e sistematizações acerca dos termos “alternativo”, “popular” e “comunitário” presentes na comunicação considerada não-hegemônica, um movimento em torno dos estudos e percepções da comunicação comunitária já em conformidade com as mudanças que vêm ocorrendo em torno do conceito de comunidade.

Na prática, a comunicação comunitária por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas tipicamente da comunicação popular em sua fase original e, portanto, confunde-se com ela, mas ao mesmo tempo constrói outros matizes. Por exemplo, às vezes se desconecta de movimentos sociais e assume feições diversificadas quanto às bandeiras defendidas e mensagens transmitidas (PERUZZO, 2009, p.47).

Da mesma forma a pesquisadora Raquel Paiva (2007), identifica formas mais flexíveis e contingentes de alianças políticas no campo social, trazendo para as perspectivas da comunicação comunitária uma maior articulação entre cultura, política e economia.

Cada vez mais se sente a premência daqueles que atuam nos veículos de comunicação comunitária, em especial o grupo da radiodifusão, de sistematizar formas para o aprimoramento da linguagem e da produção de novas formas discursivas (PAIVA In PAIVA, 2007, p. 137).

Desse modo, o que pretendemos discutir nesse artigo são como essas novas concepções e sentidos de comunidade podem ser importantes para pensar a comunicação comunitária, exatamente, como possibilidade de dar visibilidade a essas formas diversas de lutas, servindo como instrumento catalizador da potência comunitária, e como organizador de mobilizações, resgatando seu sentido contra-hegemônico.

## **1. Nancy e a inoperância da comunidade**

O debate acerca da constituição do “comum” e da “comunidade” como entidades não substancializadas, isto é, esvaziadas de uma identidade, surge em vários autores nos anos 80<sup>3</sup>, a partir do desejo de retomar essas noções distanciadas de qualquer perspectiva

---

<sup>3</sup> Ver PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

---

totalitária, que lembrasse os horrores empreendidos pelo nazismo e fascismo no século passado.

Tendo o filósofo Jean-Luc Nancy como um dos nomes de destaque entre os pesquisadores comunitaristas, a partir de sua obra ‘A Comunidade Inoperante’ (2000), a noção de uma “comunidade perdida”, que desemboca nas concepções oitocentistas<sup>4</sup> de ilusão por um passado que poderia servir como salvação da “sociedade moderna”, desgarrada de laços estreitos e relações harmoniosas, é problematizada pelo autor, que termina por concluir: a comunidade nunca existiu.

Referindo-se ao trabalho de Nancy, Peter Pál Pelbart (2003) infere o sentido de perda da comunidade à concepção cristã, por meio da qual comunidade seria o mito da participação do homem na experiência de vida divina em que, a morte de Deus, seria a morte da comunidade, porém, trazendo embutida uma promessa de ressurreição sempre possível. Comunidade seria, assim, um corpo místico encoberto pela ideia de comunhão e fraternidade, entendimento esse encarnado por pensadores como Rousseau, Hegel, Bakunin e até mesmo Marx.

O gérmen do entendimento da comunidade perdida, ou seja, sob a acepção que a distingue de sociedade, parte da compreensão de Rousseau sobre o ser originário. E, muito embora seja possível encontrar um diálogo entre este pensador e Jean-Luc Nancy, sobretudo no que se refere à antologia do ser, o pensamento rousseauiano pressupõe que o homem anterior à história seria bom por natureza, e que se degrada ao entrar em sociedade. Para Rousseau, a comunidade também seria irrealizável, mas por ser uma fase anterior à sociedade.

A concepção de que a sociedade seria a responsável pela degradação da comunidade pode ser encontrado também nos estudos do sociólogo Ferdinand Tönnies, para quem comunidade seria um estágio ideal da humanidade, pois, enquanto sociedade significa a representação de uma vida egoísta sem laços de amizade, comunidade, por outro lado, se define por um ambiente orgânico formado por laços de parentesco e vizinhança.

Para a realização de uma vida em comunidade, como define Tönnies, seria necessária uma vontade comum baseada no consenso e no reconhecimento de um direito natural, isto é, no fundamento de igualdade entre os homens na língua e no estado de plena harmonia (PERUZZO, 2006).

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pela pesquisadora Raquel Paiva em sua obra ‘O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo’. Rio de Janeiro, 2003.

---

Desmistificando a comunidade ideal de Tönnies, para Émile Durkheim sociedade não representava a corrupção da comunidade, muito menos possuía um caráter menos natural, pois, para ele, muitas relações instituídas nos grupos comunitários como em aldeias, também se repetiam nas grandes cidades. No entanto, Durkheim acaba por não confrontar o cerne da perspectiva de Ferdinand Tönnies, pois ainda admite dicotomias bem definidas entre comunidade e sociedade, além de considerar que a segunda acaba sendo um derivado daquela.

Como um dos grandes críticos na atualidade do pensamento de Tönnies, Bauman (2003) entende que a comunidade defendida pelo sociólogo representa bem mais um objeto de contemplação, a algo realizável. Afinal, o isolamento dessa comunidade frente à realidade, ocasionaria no que ele chama de “mesmice”, ou seja, um processo de homogeneização que levaria a comunidade à morte.

Nancy vai mais além. Para ele, a comunidade nunca existiu. Não veio a desaparecer nem com o Estado, nem com o capital, ou a indústria, ou seja, não se dissolveu com a sociedade. O mais correto seria dizer que a sociedade tomou o lugar de alguma coisa para o qual não há definição, nome, nem conceito. A comunidade longe de ter sido o que a sociedade arruinou, estando assim perdida, seria o que nos acontece (PERBART, 2003, p. 35).

Paradoxalmente, a comunidade de Jean-Luc Nancy seria justamente aquilo que supostamente se perdeu. Esta perda é constitutiva da comunidade. Ela é a própria negação da fusão, de qualquer possibilidade de homogeneização. A comunidade inoperante, como define o autor, é plural e heterogênea. O desejo de fusão comunal implica em purezas discriminatórias, em excessivas exclusões daquele que não se identifica, que não responde a essa pureza.

A tarefa proposta por Nancy de pensar a comunidade pressupõe, portanto, a negação de qualquer desejo de união, e até mesmo da ideia de laço social que seria, para ele, artificial, visto que ela eliminaria o *entre* desse laço. Dessa forma, Nancy chega a uma conclusão inusitada, e aparentemente contraditória: a comunidade não seria o contrário de sociedade por ser um espaço de intimidade destruída por esta, mas quase o inverso, porque ela significa o distanciamento que a sociedade, em seu processo de constante totalização, nega (PERBART, 2003).

Resistir à fusão que implica na morte da comunidade, se encontra, na concepção do filósofo, no *estar-em-comum*, isto é, na exposição à alteridade. Pressupõe uma relação na

qual o Outro intervém. Partindo do pensamento de Heidegger sobre a concepção do ser sem essência, para além de qualquer “eu” identitário, Nancy, lança a perspectiva do *ser-em-comum*, que significa não uma comunidade onde se divide uma substância, mas sim uma relação entre indivíduos enquanto seres singulares.

Considerando, portanto, que os seres são sem essência, não haveria substância que compartilhar, mas apenas um “*nada-em-comum*”, um vazio sobre o qual construímos nossa existência. E é exatamente este vazio que nos impele à relação, e que, antes, nos permite “ser”, pois nós somos em relação, em um “ser-com” o outro. Por isso, a comunidade inoperante de Nancy, segue a própria lógica, isso significa que a comunidade estaria “abandonada ao seu simples vida-em-comum” (TARIZZO, 2007, p.34). Esta seria a única comunidade possível para o filósofo.

Trata-se, desta forma, de pensar a comunidade como uma abertura para o outro. Abertura esta entendida como uma disposição para a singularidade. É a abertura para a relação que permite que a singularidade não se perca no “um”, no indivíduo, pois ela pressupõe um *estar-juntos* responsável por expor as singularidades.

A comunidade inoperante de Nancy, sem substância, dessa forma mina os dualismos modernos e põe em questão as formas totalizadoras da sociedade, seja a estrutura da política, a força do mercado, assim como também as estratégias comunicativas.

Assim, como bem interpretou Raquel Paiva (2003) o pensamento do filósofo a esse respeito:

A discussão de Nancy baseia-se no argumento de que o individualismo, o personalismo, revestiu o indivíduo-sujeito de invólucro moral e sociológico, dentro do horizonte metafísico, de um per si absoluto, “um ser *absolutum* perfeitamente destacado, diferente e fechado, sem relação [...] não o *inclinaram* para fora de si, sobre aquele lado no qual é possível o ser-em-comum”. A comunidade aportaria, desta maneira, como uma postura mais integrada do homem como o seu cotidiano, com o real, com os outros (p.82 - 83).

Como afirma o pesquisador Alexandre F. Mendes (2012), em seu artigo ‘Da ontologia do comum ao fazer-multidão: possibilidades e limites do pensamento de Jean-Luc Nancy’, o filósofo em sua obra estaria em busca de uma ontologia do comum, quando ele afirma que o “ser-com” não é aleatório, mas sim uma essência primordial, e que a pluralidade está no fundamento mesmo do ser. Portanto, o comum *expõe e constitui ontologicamente* o ser.

---

Nancy teria atribuído a Marx a percepção dessa ontologia, quando afirma que a humanidade é social desde sua origem, isto é, que o homem se produz no ato mesmo de produzir (idem, p.35). Assim sendo, a ontologia do comum defendida por Nancy estaria inserida no terreno da produção social. Para ele, muito embora Marx não tivesse formulado essa questão por esses termos, ele teria introduzido a ideia de que a produção do homem pelo homem é um processo infinito e que esta seria a principal exigência do comunismo.

O comum do comunismo de Nancy seria produção social aberta ao infinito, enquanto que, por outro lado, o capital seria a redução das singularidades a um regime de totalização. Essa percepção permite o entendimento de que a ‘práxis do comum’ produz um sujeito sempre aberto às possibilidades, e não um produto conformado, pré-determinado. O fundamento originário do ser é a permanente exposição ao outro, ao “ser-com” (MENDES, 2012).

Com base nessa compreensão do comum, Nancy critica tanto o sistema capitalista quanto a busca por uma verdade absoluta do socialismo real, e a ideia de um comunismo como um regime de verdades. A partir daí, ele propõe uma política enquanto meio, e não na ordem dos fins capaz de encerrar-se em si mesma. Para tanto, a qualificação da política estaria na democracia, pois é esta que possibilita a ordem das distinções, da abertura para as diferenças.

No entanto, essa é a crítica que Mendes (2012) faz ao filósofo: na tentativa válida de propor a abertura ao infinito às concepções do comum, a sua des-substancialização, ele acaba por afastá-la da própria política. Seria o que o pesquisador chama de uma “política recuada”, que a reduz a uma simples articulação das diferenças ativadas pelo comum.

A compreensão de uma ontologia do comum traz em si a ideia de que esta não seria nem a realização da política, nem a substancialização dela, mas antes a condição primeira da existência. O comum é o dado inicial, portanto, seria ela mesma anterior a política. É essa perspectiva da política que diferencia Nancy de pensadores como Antonio Negri e Michael Hardt que também pesam o comum, porém, a produção do comum enquanto resistência ao capitalismo contemporâneo. Embora todos enveredem por uma busca ontológica do comum, eles oferecem possibilidades distintas para a potência do comum.

## **2. Comum: uma potência política**

Negri e Hardt, inspirados em Foucault que defende o comum como insurgente da emergência da luta e não em um dado primeiro (RENA, 2015), demonstram os limites da ontologia do comum de Nancy, sobretudo pela redução da capacidade de resistência ao capitalismo biopolítico, embora compactuem com a perspectiva des-substancializada da comunidade proposta pelo filósofo.

Esta fase “*bio*” do sistema capitalista tem implicado no avanço sobre a vida comunitária, como forma de reajustar o equilíbrio dos processos de acumulação do capital. A filósofa Rosa Luxemburgo já havia alertado para esta condição do capitalismo em debruçar-se sobre o espaço de realização da vida, especialmente em períodos de crise, ou tendo a crise como justificativa para este avanço, no que ela chama de *acumulação primitiva do capital*. Por isso que - e talvez de forma inédita na história - o contexto contemporâneo trouxe para o centro o comum, a partir da ideia do trabalho imaterial, do capitalismo cognitivo todos eles valendo-se da apropriação e privatização do comum.

Desse modo, Negri, em busca de dar um passo à frente ao entendimento de de Nancy sobre o comum, propõe a ideia de ‘produção do comum’, partindo das relações de conflito entre capital e trabalho. A proposta do autor é *expandir as possibilidades do comum*, para que não se corra o risco de retrocedermos a um mero transcendentalismo. A ideia do ser-em-comum da experiência, a contínua exposição entre os indivíduos sem essência, a partir de atos de comunicação, como definidores do sentido de comunidade são entendimentos que ligam conceitualmente Nancy e Negri. Porém, este último interpreta que essa inoperância da comunidade ‘nancyana’ tenderia a cair no perigo de uma imobilização política. (MENDES, 2012; RENA, 2015). O que Negri tenta responder, portanto, é o que há para além do sujeito abandonado à experiência?

Como possibilidade de resposta, Negri não se afasta totalmente de Nancy, especialmente no que se refere à ideia de não totalização da política. Porém, o que Negri propõe é avançar a esse respeito, aproximando a produção do comum do processo antagonista, isto é, como possibilidade de resistência ao sistema. Para o filósofo, à medida que o capital avança sobre o comum, é aí também onde reside uma força capaz de canalizar-se em direção à resistência. Em “Kairòs, Alma Venus e Multitudo”, Negri (2003), lança a ideia de que a exploração no âmbito da vida tende a gerar a “desmedida do povir”, ou seja, deslocamentos capazes de alterar a própria lógica do capital.



---

Embora Negri defenda um avanço do comum como possibilidade de resistência, ou seja, enquanto produção de um comum para a prática política, ainda assim, ele acredita que a luta se dê por dentro do sistema, a partir das formas de produção do capital. O filósofo entende que o trabalho imaterial, ou cognitivo, que move o sistema na contemporaneidade é, ao mesmo tempo, uma das principais ferramentas de luta contra o próprio capitalismo. Na verdade, é nesse contexto em que se produz o comum, pois, o trabalho realizado distante do “chão da fábrica”, e nas redes, cria novas formas de comunicações e comunicação, isto é, possibilidades de produção subjetiva e cooperativa que possam servir de resistência criativa aos modos de produção do capital.

Por meio do trabalho imaterial, os indivíduos se reapropriam das forças produtivas. Os trabalhadores teriam, assim, acesso livre as matérias primas do capital cognitivo, que seria o conhecimento, a comunicação e até mesmo os afetos, para criar possibilidades de linhas de fuga, e romper, ao mesmo tempo, com a axiomática do capital. O “comum do comunismo”, de Negri (2015), não propõe a ruptura via processo revolucionário, nem o aniquilamento da propriedade privada.

A ideia de comunismo negriano não seria mais da ordem do Estado, nem do âmbito público, nem privado, mas do comum, e este seria enquanto fora, como construção coletiva, das singularidades da multidão. Portanto, a batalha do cotidiano, nos espaços comunitários seria responsável por produzir “efeitos de invenções de mundo”, capazes de provocar mudanças profundas na sociedade, à medida que descortina as diversidades humanas. Essa questão representa uma das principais críticas de Negri ao marxismo, a de que, na ânsia por estabelecer um ideal de sociedade, infringiu às singularidades a responsabilidade pelo eterno, e impôs uma ordem dos fins à existência humana.

Já o comum, ao contrário, tem desvelado a diversidade que as ideologias redutoras, sejam de direita ou esquerda, oprimiu por séculos. Afinal, o comum é o próprio dissenso, é aquilo que se constrói no interior das relações entre indivíduos diversos, na experiência do cotidiano. Comum é construção sempre presente. Por esse motivo, a transformação a partir desse conceito, seria o que o sociólogo Sérgio Lessa (2002), chama de “revolução permanente”.

Dessa maneira, por mais que seja esse o maior mérito das concepções sobre o comum de Negri, assim como também das noções de Nancy, ou seja, de descortinar a potência do diverso e, por conseguinte, questionar certezas homogeneizantes, esse projeto do comum não se propõe a uma ruptura radical com o sistema, afinal, a questão não parece

ser superar a estrutura do capital, mas construir um pólo comum dentro dele. O que poderia incorrer não apenas na manutenção ou até mesmo no agigantamento do próprio capitalismo que, diferentemente dessa perspectiva do comum, tem um projeto de sociedade muito bem definido.

No instigante debate entre as pesquisadoras Nancy Fraser e Rahel Jaeggi em “Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica”, de 2020, as autoras defendem a importância de se retomar a discussão acerca do capitalismo que, de acordo com elas, começou a sair de cena entre o meio e o fim dos anos 1980, quando parte dos teóricos se afastou da construção de uma teoria social que elas denominam de grande escala.

[...] as pessoas simplesmente pararam de tentar compreender o capitalismo como tal. Não houve mais esforços para identificar suas estruturas profundas e os mecanismos que o regem, as contradições e as tensões que o definem ou suas formas características de conflito e possibilidades emancipatórias (FRASER e JAEGGI, 2020, p.18).

Parte desse processo elas atribuem à ascensão do Pós-estruturalismo e à própria mudança do caráter do capitalismo. Um dos aspectos dessa mudança é justamente a proeminência do simbólico, à ascensão da “economia do conhecimento” ou do “capitalismo cognitivo”, isto é, centrado nas finanças e no trabalho simbólico em geral. “Embora essas questões *pareçam* ser algo diferente da economia política, elas não podem ser realmente compreendidas sem ela” (Ibidem, p.20).

Para as autoras, contudo, não foi exatamente um erro essa saída de cena do capitalismo, visto que isso permitiu a entrada de uma ampla gama de questões culturais, como gênero, sexualidade, identidade, sem que fossem subordinados à economia. Porém, o que elas sustentam é o estabelecimento de um equilíbrio no tratamento dessas questões e que não se perca de vista a importância da dimensão econômica na vida das pessoas, especialmente no contexto neoliberal em que, a esfera econômica colonizou também o “mundo da vida”.

Os domínios “não econômicos” do capitalismo servem como condições de fundo para a economia do sistema, ao mesmo tempo em que possuem caráter próprio que fornece insumos para a luta anticapitalista. Isso significa dizer que, segundo as autoras, este imbricamento implica na necessidade de uma visão alargada do capitalismo de modo a não “domesticá-lo”, mas sim de construir perspectivas emancipatórias.

Mas, retomando Negri, embora suas concepções não se insiram dentro de uma proposta de ruptura com o sistema capitalista, aspecto esse que vem sendo alvo de críticas

de alguns pesquisadores (LESSA, 2002; MENDES, 2012), o filósofo traz elementos de compreensão do comum que podem ser fundamentais para pensar alternativas capazes de abalar as estruturas do capitalismo, quando ele propõe possibilidades (sempre em aberto), de expandir as concepções de comum em direção à política, via produção do comum.

O comum de Negri é fruto do projeto da multidão, constituído por esse novo sujeito político que tem na comunicação e nas diferentes formas de relacionamento e cooperação, a base para a organização política, o que faz daquele projeto uma ameaça direta ao chamado capitalismo cognitivo, pois essa multidão se refere a uma produção de subjetividades resistentes, que coloca o comum no centro do conflito “capital-social”. Afinal, mesmo que o capitalismo avance sobre o “governo da vida”, ou o “mundo da vida”, nas palavras de Fraser e Jaeggi, é lá onde ele vai encontrar a resistência. É exatamente no terreno da construção de subjetividades que o sistema é constrangido, pois sendo essa construção contínua e diversa, o capital acaba por perder seu poder de buscar equivalências.

### **3. Comunicação comunitária: ampliando o sentido comunitário**

E a relação entre comum e comunicação, seria a chave para entender esse processo. Pelo esquema interpretativo de Barbara Szaniecki (2012), sobre o pensamento de Negri, o comum é produto, ao mesmo tempo que também produz atos comunicativos, ou seja, o poder de comunicação se baseia no comum enquanto linguagens compartilhadas; a comunicação é conduzida pelo comum e todo ato comunicativo cria ainda mais comum (p.10). Essa relação entre ambos os termos da qual trata o filósofo se refere a aspectos anteriores aos dispositivos tecnológicos, e que dizem respeito a uma dimensão comunicacional de abertura do ser em direção ao outro.

Mas Negri também se refere ao contexto atual de comunicação em rede, possibilitada pela infraestrutura tecnológica, e que funciona como um ambiente que exerce fortes influências sobre as vinculações humanas ao possibilitar o encontro com o diverso, e permitir acesso ao outro. Hoje, a ação política tem se dado no campo da comunicação em rede, que tem sido a plataforma por excelência das disputas políticas pela construção de novas subjetividades e sociabilidades. É ela que tem interligado os desejos da multidão, possibilitada por uma estrutura horizontal e multidirecional que caracteriza essa rede de comunicação.

---

E muito embora essa riqueza comunicacional das redes seja constantemente capitalizada pelo sistema, pelas mídias corporativas e empresas privadas cada dia mais midiáticas, ainda assim, por seu caráter aberto e conectivo, vem sendo palco de novas formas de contato e mobilização. As redes têm conectado a diversidade de ideias e demandas, transbordando-as para os espaços físicos. Pelo mundo já é possível ver exemplos dessas formas organizativas, como foi o caso das chamadas Jornadas de Julho de 2013 aqui no Brasil. Até onde já se sabe, não foram partidos políticos ou sindicatos os responsáveis por essas mobilizações no país, mas foram frutos das interações tecnológicas promovidas pelas redes.

As redes de comunicação, considerando seu caráter ubíquo, têm tido uma importante interferência no trabalho de abertura comunitária (no sentido de incentivar a dessubstancialização); de produzir vinculações entre o diverso, possibilitando construções do comum. Pelas redes, novas estratégias comunicativas colocam em questão os discursos homogeneizantes da grande mídia, dando espaço cada vez mais amplo às vozes plurais das minorias, podendo, assim, trazer uma dimensão mais sensível e afetiva nas formas comunicativas.

E mesmo que o acesso aos meios digitais ainda não seja realidade para um grande contingente populacional em países periféricos, de algum modo, as pessoas de baixa renda buscam se inserir nesses ambientes que vêm transformando as estruturas comunicativas e as relações sociais.

No caso dos veículos comunitários, como aponta a pesquisa de doutorado do professor João Paulo Malerba (2016), o desafio para a inserção no ambiente de redes parece passar também pela própria estrutura político-organizativa desses meios. Ainda muito marcados pela perspectiva de ação política do que podemos chamar de “esquerda tradicional”, a tendência de atuação dos veículos de comunicação comunitária continua se mostrando vertical e disciplinar. Isso pode ser entendido pelo histórico de militância de muitos dos seus membros em organizações políticas, sem contar que em muitos casos esses meios têm servido como degrau de ascensão para a política institucional representativa. E essa estrutura além de não acompanhar todo o potencial oferecido pelas redes, ainda tende a inibir a participação efetiva da comunidade na atuação junto aos veículos, sobretudo do público mais jovem.

Embora a pesquisa também tenha demonstrado que não há um efeito causalístico entre uma menor participação da juventude e a pouca presença tecnológica nos meios

---

comunitários, visto que ainda é possível notar a participação dessa categoria na organização dos veículos, mas é fato também que, sobretudo os mais jovens, estejam encontrando nas redes novas possibilidades de comunicar aquilo sobre o qual se interessam, e que também diz respeito à comunidade onde vivem. A juventude tem produzido conteúdo a partir do seu local de fala, elaborando vídeos, blogs, páginas nas redes sociais, conectando demandas e interesses entre realidades distintas, possibilitando, assim, a amplificação de suas vozes.

Mas os veículos comunitários estão buscando explorar as novas tecnologias, tateando ainda seu potencial. Já é possível encontrar a presença desses meios, como é o caso das *webrádios*, transmitindo conteúdos na rede de internet, inclusive, utilizando-se de sites próprios. É interessante notar que a utilização da rede promove uma desterritorialização fundamental para que a comunidade não só se reconheça no meio comunitário, mas, especialmente, para que suas demandas ultrapassem as fronteiras dos territórios, aumentando assim a visibilidade e a incidência política das lutas coletivas. Pode estar aí, portanto, a influência da infraestrutura tecnológica da comunicação sobre as vinculações humanas, por permitir a multiplicação dos contatos interpessoais para além das fronteiras territoriais. Vínculo este que, em Sodré (2002), traz implícito a própria ideia de abertura e dessubjetivação do sujeito. O compromisso com o *Outro*. Com o diverso.

Desse modo, a comunicação comunitária, especialmente inserida dentro do âmbito de expansão dos seus limites via redes, pode significar também o próprio processo de construção da comunidade enquanto abertura, ingressando para ampliar e assegurar o vínculo comunitário. A vinculação que, como vimos em Negri (2015), é próprio o lugar da resistência. E os meios comunitários geram esse repertório possível de lutas, não apenas por sua capacidade de crítica ao discurso hegemônico e excludente, mas, sobretudo, por criar *um outro* lugar onde se constroem subjetividades e sociabilidades, diferentes do lugar discursivo que historicamente excluiu as minorias e os grupos econômico e politicamente marginalizados.

Por esse viés, a comunicação comunitária escapa ainda de algumas armadilhas essencialistas, comum em sua prática, por meio do qual torna a comunidade um espaço de negação do outro, diferente do que se identifica como sendo autêntico dos espaços comunitários. Afinal, como defende o pesquisador Nemésio C. Amaral Filho (2008), nenhuma comunidade territorial ergue uma rádio comunitária para que aquela permaneça como está. Assim, ele define:

---

A comunidade pode ser uma metáfora para frente, que se dá o direito de autoquestionamento: gente que a deixa, gente que chega, os contatos com as outras comunidades, a inserção num grupo ainda maior – o próprio *lastro comunitário é móvel* (p. 85, grifo nosso).

Como aponta João Paulo Malerba (2008), existe similaridade entre o essencialismo dos meios comunitários com a própria essencialização do conceito de comunidade, o que ainda tem provocado uma idealização daqueles. Isso tem resultado, por sua vez, no entendimento do que seria um veículo genuíno e aquele que deveria ser banido, desconsiderando, muitas vezes, a diversidade dos contextos, e fazendo perder de vista a dimensão criativa que os meios comunitários podem assumir.

Com isso ele propõe que podemos ser motivados por um ideal de comunidade, sem que isso engesse o nosso agir em sociedade. O mesmo se aplica à compreensão de comunicação comunitária: as regras e idealizações podem servir de guias, sem que os contextos e as especificidades locais sejam negligenciados em nome de um ideal.

Em vez de anularmos aquele que pode ser um canal mais direto de diálogo com o entorno social, podemos iniciar uma série de negociações, de forma a propor sua, digamos politização (Ibidem, p. 165).

A perspectiva aqui é de uma comunicação comunitária que siga a lógica da experiência, como sugere Nancy. Porém, Malerba alerta que essa ideia mais flexível sobre os veículos comunitários não deve ser entendida como “afrouxamento”. Existem limites. E esses limites esbarram na manutenção do posicionamento crítico e na problematização dos atos comunicativos. Afinal, a razão de ser do meio comunitário historicamente no Brasil e América Latina é uma resposta política às condições de vida dos cidadãos, sobretudo, da periferia do país. Ela tem o compromisso com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Esse cenário pode ser entendido como um fortalecimento de um sentido mais contra-hegemônico da comunicação comunitária, da forma como Raquel Paiva (2008), com base em Gramsci, defende a contra-hegemonia, isto é, não como uma mera oposição ou substituição de forças, mas sim como uma contraposição que acompanha um desejo de recusa ao *status quo* dominante, das forças hegemônicas da sociedade. O que significa uma compreensão da comunicação comunitária como um instrumento voltado para a abertura redescritora da comunidade, e da sociedade como um todo.

---

A expansão que esse atual contexto traz para a prática da comunicação comunitária, isto é, a multiplicidade de formas de ser desse meio, exige que sejam abandonadas fórmulas essencialistas, que enclausuram a comunidade em uma ideia pré-definida, e que esteve em voga ao longo dos anos nessa comunicação. É a abertura comunitária proposta pelos autores aqui expostos, permite colocar a relação, o encontro com o diverso no centro da construção da comunidade. É a relação com seu imperativo de imprevisibilidade que faz do ambiente comunitário um espaço de contornos flexíveis capaz de inibir que seu conteúdo se enrijeça, e enfraqueça sua potência político-transformadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a comunicação comunitária sob os fundamentos das noções de comunidade e comum não deve servir para torná-la restritiva, mas antes o contrário. A partir das concepções de comunitaristas como Nancy e dos conceitos de comum de Antônio Negri, como abordamos ao longo do texto, é possível desconstruir o caráter essencialista comumente associado a esta forma de comunicação e, no lugar de uma busca por uma suposta autenticidade dos meios, resgatar a abertura das relações ou, como afirma a pesquisadora Márcia Vidal (2007), a “cultura do cotidiano”, capaz de aproximar os indivíduos em suas diferenças, abrindo espaço para o agir comunicativo.

Portanto, essa abertura comunicacional passa pela perspectiva de uma comunidade destituída de qualquer ideia de valor que a qualifique e que imponha sobre ela um destino definitivo, encerrada em si mesmo. Isso pode possibilitar a prática de uma comunicação que se lance para fora das fronteiras, que agregue o diverso, e que se pretenda servir a um projeto de transformação da realidade, que tenha como finalidade a coexistência através da convivência plural.

A relação enquanto coexistência, ou seja, como “ser-em-comum” deve ser o aspecto central da comunicação comunitária, pois, embora as relações, como definem Nancy e Negri, sejam anteriores aos dispositivos técnicos, e constitua mesmo o *ser* no mundo, aquela forma de comunicação pode abrir para as possibilidades de contato além de imposição do espaço e, como uma via de mão dupla, expandir o sentido de comunidade. Desse modo, sob essa perspectiva, a tendência é de que a comunicação comunitária abra seu escopo de abrangência para possibilidades de atuação política integrando demandas e estendendo as ações em rede.

---

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FILHO, Nemézio C. Amaral. As Perigosas Fronteiras da “Comunidade”: Um Desafio à Comunicação Comunitária. In. PAIVA, R.; SANTOS, C. H. R dos (org.). **Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Tradução Nathalie Bressiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LESSA, Sérgio. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. **Crítica Marxista**, v.1, n.15, p.107 - 126. São Paulo, 2002.

MALERBA, João Paulo. A Comunicação Comunitária no Limite. In. PAIVA, R.; SANTOS, C. H. R dos (org.). **Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

\_\_\_\_\_. **Rádios Comunitárias no limite: crise política e disputa pelo comum na era da convergência**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 726, 2016.

NANCY, Jean-Luc. **La Comunidad Inoperante**. Santiago do Chile: Escuela de Filosofía. Universidad ARCIS, 2000.

NEGRI, Antonio. **Kairòs, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente**. São Paulo: Iluminuras, 2015.

MENDES, Alexandre. Da ontologia do comum ao fazer-multidão: possibilidades e limites do pensamento de Jean-Luc Nancy. In. **Revista EcoPós**. v.15, v.2. Rio de Janeiro, 2012.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios Comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In. PAIVA, R. (Org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA, Raquel. **O espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.



---

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. **Revisitando conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. [Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação – 2006]. Brasília, 2006.

RENA, Alemar. O comum, a comunidade e a comunicação; entre Jean-Luc Nancy, Michel Hardt e Antonio Negri. In. **Revista Lugar Comum**, n.45, Rio de Janeiro, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SZANIECKI, Barbara. A multidão e o comum da comunicação: Cordel do Sem. In. **Revista EcoPós**, v. 15, n.2. Rio de Janeiro, 2012.

TARIZZO, David. Filósofos em comunidade. Nancy, Esposito, Agambem. In. PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.